

-Ata da 149ª (centésima quadragésima nona) reunião do Conselho Municipal de Previdência – CMP, realizada aos 27 (vinte e sete) dias do mês de março do ano de dois mil e dezenove às quatorze horas, na sede do Instituto de Previdência Municipal dos Servidores Públicos do Município de Viçosa - IPREVI, situada à Avenida P. H. Rolfs, nº 81, 3º andar, Edifício Meridien Center, Viçosa-MG, com a presença dos conselheiros: Edimar Mendes, Edylene Meyre Batalha Araújo Costa, Eliane Antônia dos Reis Pereira, Jorge Lucas dos Santos Luz, José Maria Fernandes Araújo, Mausarene das Graças Guedes Viana, Rita de Cássia Domingos e Valdinei da Silva Araújo. Estavam presentes também a Secretária de Finanças Eloisa Helena de Sousa Duarte, o Diretor Adm. Financeiro do IPREVI Luís Roberto de Andrade, o Diretor Geral do IPREVI Edivaldo Antônio da Silva Araújo e o Membro do Comitê de Investimentos Fábio Lucio Barbosa. O Conselho se reuniu para tratar dos seguintes assuntos: 1. Demonstrativos Previdenciários do Fechamento de 2018, janeiro e fevereiro de 2019; 2. Eleição para escolha de um novo membro para compor o Comitê de Investimentos; 3. Repasses previdenciários com a presença da Secretária de Finanças do Município; 4. Apresentação sobre investimentos por dirigentes do Banco Itaú; 5. Assuntos Gerais. Primeiramente foi lida a ata da reunião anterior que após aprovada foi assinada pelos membros presentes àquela reunião. Logo após, iniciou-se a discussão para a escolha do membro para compor o Comitê de Investimentos. A Conselheira Eliane se colocou como candidata. Fábio Lucio Barbosa foi convidado para participar da reunião por ser membro do Comitê de investimentos, o qual informou que está apto para o novo mandato caso seja o desejo de todos. A Conselheira Rita solicitou que Fábio falasse sobre a sua atuação no Comitê e ele fez sua exposição. Logo em seguida a Conselheira Eliane expôs sua capacidade e desejo de ser membro do referido Comitê. Logo após a Conselheira Edilene pediu a palavra e se colocou também como candidata a membro do Comitê de Investimentos. O conselheiro Jorge pediu para participar das reuniões do Comitê de investimentos e solicitou que ele e Edilene fossem convidados para participar de todas as reuniões do Comitê a título de conhecimento. O Diretor Edivaldo informou que todos os conselheiros podem participar e que solicitará a Secretária Cássia, para avisar aos conselheiros quando tiver as reuniões do Comitê de Investimentos, bem como enviar os relatórios de Investimentos para todos. Iniciou-se a eleição por meio de voto secreto coordenado pelo Conselheiro e Presidente do CMP Jorge Lucas. Apurado os votos a Conselheira Eliane obteve 05 votos, a Conselheira Edilene 02 votos e Fábio Barbosa 02 votos. Desta forma a Conselheira Eliane foi eleita novo membro do Comitê de Investimentos. Em seguida o Diretor Edivaldo comentou alguns pontos da ata da reunião anterior. Sobre os atrasos dos repasses da Prefeitura, segundo a Secretária de Finanças, a Prefeitura está sem recursos financeiros. Sobre o sistema novo de software do IPREVI, Edivaldo informou que está em fase de implantação e ainda estamos tendo alguns problemas com os relatórios. Edivaldo também falou sobre a Avaliação Atuarial ser feita pela Caixa Econômica Federal e que caso haja qualquer problema, o IPREVI fará um processo licitatório para contratação de uma nova empresa. Edivaldo informou também que os atestados médicos reduziram no período de férias e que o pagamento de auxílio doença está em andamento, porém com alguns problemas nas contas. A respeito da eleição para o Cargo de Diretor Administrativo Financeiro do IPREVI, Edivaldo informou que a lei não impõe o CPA-10 para os candidatos, mas que é recomendado que todos os dirigentes do Instituto sejam certificados e para isso o candidato que seja eleito terá 06 meses para se capacitar a partir da posse, devido ao custo da certificação e sugeriu esperar a eleição para o Presidente do SINFUP, para que seja discutido o Edital com a nova direção. O Conselheiro Edimar sugeriu que se faça emenda na Lei para exigir o CPA-10, já que atualmente não é obrigatório, mas na última eleição foi exigido dos candidatos. Em seguida o Diretor Adm.

Financeiro começou a apresentação dos Demonstrativos Previdenciários, disponibilizando a tabela dos valores dos débitos da PMV para com o IPREVI. Totalizando até o mês de fevereiro de 2019 o valor de R\$ 383.631,89 (trezentos e oitenta e três mil, seiscentos e trinta e um reais e vinte e seis centavos) referentes à Taxa de Administração e R\$ 2.231.959,45 (dois milhões, duzentos e trinta e um mil, novecentos e cinquenta e nove reais e quarenta e cinco centavos) do Fundo Previdenciário que não foram repassados até a presente data. Luis demonstrou também as despesas com aposentadorias, pensões, auxílio doença, salário família e salário maternidade. Luís e Edivaldo fizeram uma correção sobre o débito da Prefeitura referente a taxa de administração, informando que o mês de setembro foi repassado. A conselheira Mausarene solicitou os relatórios impressos com os cálculos por entidade (benefícios e suas progressões). Foi demonstrado também os valores das despesas administrativas, observando-se que 65% das despesas são pagas com a taxa de administração referente ao Fundo Financeiro e 35 % do Fundo Previdenciário. O conselheiro Edimar questionou sobre o salário família apresentando valor maior em outro mês. Luís explicou que isso é devido a possibilidade de algum Ente não ser cobrado em um mês e aí é cobrado no mês seguinte. Jorge questionou a despesa com o Fundo Financeiro e Luís explicou que ele é de 65% da despesa e os meses de janeiro e fevereiro paga-se férias, e compras de materiais de escritório. O conselheiro Edimar Mendes questionou que as planilhas financeiras do IPREVI encaminhadas aos conselheiros não apresentavam os débitos da Prefeitura, de forma que os resultados eram maquiados e não permitiam os conselheiros ter conhecimento da verdadeira realidade financeira do IPREVI. Questionou também os valores atrasados, principalmente as contribuições dos servidores, pois estas contribuições são descontados mensalmente das remunerações dos servidores e o mínimo que a Prefeitura deveria fazer era repassar ao IPREVI. Prosseguindo, o conselheiro Edimar Mendes solicitou que registrasse em ata o desconhecimento do Conselho em relação aos débitos, dizendo que todos estão assustados com esses dados e que se deve adotar medidas para prevenir para que o Fundo Previdenciário não fique igual ao Fundo Financeiro. A conselheira Mausarene comentou sobre a necessidade de um conselho atuante, não com o objetivo de cobrar, mas objetivando transparência, pois é função do Município fazer o repasse. Edimar expôs que acha grave o Conselho não ter conhecimento desses débitos deste setembro de 2018. O Diretor Luís lembrou aos conselheiros que essas informações foram repassadas em reuniões anteriores. Os conselheiros Edimar Mendes e Mausarene disseram que não tinha conhecimento de débitos e que as informações passadas ao Conselho nas reuniões era que a Prefeitura estava fazendo os repasses ao IPREVI. Continuando, Edimar solicitou que constasse em ata que qualquer atraso nos repasses seja comunicado ao Conselho. Luís disse que ao informar ao Edivaldo sobre os débitos por meio de ofício, julgou necessário informar também aos conselheiros que tais repasses não estavam sendo efetuados. A secretária de Finanças Eloisa informou que a Administração está ciente do problema, que a situação é séria e que a PMV no momento não tem condições de arcar com a Insuficiência Financeira, repassando em torno de R\$ 800.000,00 por mês ao IPREVI mais os repasses das contribuições previdenciárias. O que tem acontecido, embora não seja certo é atrasar parte dos repasses das obrigações para o Instituto. Falou que a entrada do IPVA é insuficiente e não tem data certa para entrar. Todas as despesas são prioritárias, mas com pouco dinheiro ela está fazendo o que é possível fazer. Eloisa disse que não sabe o que fazer com as despesas em atraso, que concorda com as exigências do Conselho e acha muito importante cobrar da Administração. A conselheira Rita expôs que é necessário mesmo reunir com a Administração. O Conselheiro Edimar questionou o porquê das contribuições dos servidores não serem repassadas. Eloisa informou que as contribuições são repassadas no montante e que a maioria está comprometida com a Insuficiência. O Conselheiro Jorge comentou que o problema é semelhante ao do IMAS. O Diretor Edivaldo

expôs que sempre informou que a PMV estava em débito e que os débitos do ano anterior sempre são quitados no início do próximo ano com o pagamento do IPVA e outros impostos que são arrecadados. Mas diante da situação econômica do país atualmente, com a receita escassa foi impossível resolver o problema. Eloisa informou que as despesas da PMV são fixas, não tem como cortar, que as demissões do ano passado deram um alívio, mas não resolveram o problema e que a despesa maior da PMV é com a folha de pagamentos dos servidores. Disse também que os salários dos servidores comissionados da PMV são baixos e que não interferem no montante. Continuou dizendo que não tem como aumentar a receita, com aumento dos impostos por exemplo. Em seguida Edivaldo comentou a necessidade de maior controle no cálculo dos salários informando casos de professores que quando estão de férias ou atestados médicos continuam recebendo pó de giz. Informou também que foi solicitado explicações do Departamento de Pessoal da PMV, quanto a aposentadorias de professores que acumulam cargos de Supervisor pedagógico. Sendo o cargo de Supervisor de 20 horas alguns professores dobram a carga horária de Supervisor, recebendo e contribuindo sobre o salário correspondente a 40 horas por um período de tempo e na época de se aposentar querem aposentar com o salário de quarenta horas e o cargo em que se dará a aposentadoria é de 20 horas. A conselheira Edylene perguntou sobre os repasses do Estado. Eloisa informou que os recursos do FUNDEB estão vindo, mas deixaram de repassar o IPVA. Edilene questionou como está sendo tratado o problema da insuficiência financeira do fundo financeiro, senão não haverá solução, não haverá recursos para arcar com as despesas deste Fundo. Edivaldo informou que já não há recursos para cobrir as despesas correspondentes ao Fundo Financeiro e a solução é os entes repassarem mensalmente os valores correspondentes as despesas deste Fundo. Edivaldo e Luís comentaram que este problema vem desde a criação do IPREVI e que este fato seria evitado se no passado já tivessem começado a ser solucionado, no entanto, apesar de sempre a Administração ter sido alertada, foi deixado para resolver no futuro. Ficou acordado entre os conselheiros de fazer um convite ao Prefeito Municipal aqui no Instituto para coloca-lo a par da situação e discutir as possibilidades para encontrar uma solução para a situação. Em seguida deu-se início a apresentação sobre investimentos a qual foi apresentada pelos dirigentes do Banco Itaú. Não havendo mais nada a tratar a reunião foi encerrada e eu Maria Aparecida Ferreira Barros, secretária *Ad hoc*, digitei a presente ata que após lida e aprovada será por mim assinada e pelos demais presentes à reunião.

Maria Aparecida Ferreira Barros _____

Edimar Mendes _____

Edivaldo Antônio da Silva Araújo _____

Edylene Meyre Batalha Araújo Costa _____

Eliane Antônia dos Reis Pereira _____

Eloisa Helena de Sousa Duarte _____

Fábio Lucio Barbosa _____

Jorge Lucas dos Santos Luz _____

José Maria Fernandes Araújo _____

Luís Roberto de Andrade _____

Mausarene das Graças Guedes Viana _____

Rita de Cássia Domingos _____

Valdinei da Silva Araújo _____